



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Divisão Académica

Licenciatura 2017-2018

DIREITO DO AMBIENTE (CURSO NOCTURNO)

REGÊNCIA: **PROFESSORA DOUTORA CARLA AMADO GOMES**

Programa

Apresentação

Esta disciplina pretende, a partir da delimitação do objecto do Direito do Ambiente — prevenção, cessação e sancionamento de danos ecológicos —, traçar a sua principiologia, estudar alguns dos seus instrumentos — preventivos, reparatórios e sancionatórios — e analisar as questões de jurisdição, legitimidade e meios processuais que, dada a natureza metaindividual dos bens de que se ocupa, revestem algumas particularidades.

CAPÍTULO I.

O ambiente como objecto e os objectos do Direito do Ambiente

§1º. A tarefa estadual de protecção do ambiente

§2º. A autonomia, pedagógica e científica, do Direito do Ambiente



CAPÍTULO II.

Direito ao ambiente: uma fórmula carregada de sentido... simbólico

§1º. As dimensões procedimentais do interesse colectivo na protecção do ambiente: direito à informação ambiental, direito à participação procedimental e direito de acesso à justiça ambiental

§2º. O dever de proteger o ambiente – em especial, o dever de consumo consciente

CAPÍTULO III.

As fontes do Direito do Ambiente

§1º. O Direito Internacional do Ambiente:

- i.)* De Estocolmo à Rio + 20: a protecção do ambiente no plano mundial
- ii.)* O Acordo de Paris e o imperativo de descarbonização
- iii.)* A protecção reflexa do ambiente na jurisprudência internacional

§2º. O Direito Europeu do Ambiente:

- i.)* Da Cimeira de Paris (1972) ao Acto Único Europeu (1986)
- ii.)* Do AUE ao Tratado de Lisboa

§3º. O Direito nacional: a Constituição, a Lei de Bases do Ambiente e a legislação sectorial

- i.)* O simbolismo da lei nacional em matéria ambiental
- ii.)* Os princípios do Direito do Ambiente



CAPÍTULO IV. **Os instrumentos de Direito do Ambiente**

§1º Preventivos:

- i.) Em geral: planos (especiais de protecção do ambiente), actos e contratos
- ii.) Em especial: os *múltiplos* da avaliação de impacto ambiental: avaliação ambiental estratégica, avaliação de impacto ambiental e avaliação de incidências ambientais
- iii.) A licença ambiental
- iv.) O licenciamento único ambiental (LUA)

§2º. Repressivos:

- i.) Os crimes ambientais
- ii.) As contra-ordenações ambientais

§3º Reparatórios (remissão para V.)

CAPÍTULO V. **A responsabilidade civil por dano ecológico**

§1º. Dano ambiental e dano ecológico

§2º. Responsabilidade *ex ante* e compensação ecológica

§3º. Compensação ambiental e justiça ambiental

§4º. A responsabilidade *ex post* no âmbito do DL 147/2008, de 29 de Julho



CAPÍTULO VI. O contencioso ambiental

§1º A centralidade da figura da legitimidade popular

- i.) Os titulares da legitimidade popular
- ii.) As especialidades processuais das acções movidas por autores investidos em legitimidade popular

§2º. O contencioso ambiental: um contencioso predominantemente público

§3º. Os meios processuais de tutela ambiental no CPTA

- i.) A inexistência de vias jurisdicionais especiais
- ii.) O contencioso administrativo e a tutela ambiental:
 - a) As acções administrativas;
 - b) As providências cautelares;
 - c) Os processos urgentes;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMADO GOMES, Carla,

- **Direito do Ambiente – Anotações Jurisprudenciais dispersas**, 2ª ed., livro digital editado pelo ICJP, Lisboa, 2016: <https://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/11488/view>
- **Introdução ao Direito do Ambiente**, 2ª ed., Lisboa, 2014
- **Textos dispersos de Direito do Ambiente**, IV, Lisboa, 2014
- **Textos dispersos de Direito do Ambiente**, III, Lisboa, 2010
- **Textos dispersos de Direito do Ambiente**, I, 1ª reimp., Lisboa, 2008
- **Risco e modificação do acto autorizativo concretizador de deveres de protecção do Ambiente**, Coimbra, 2007
- **Textos dispersos de Direito do Ambiente (e matérias relacionadas)**, II, Lisboa, 2008

AA. VV.,

- **Actas do Colóquio A responsabilidade Civil por dano ambiental**, e-book disponível no site <http://www.icjp.pt/publicacoes>, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa nos dias 18, 19 e 20 de Novembro de 2009, (coord. com Tiago Antunes), Lisboa, 2010
- **Actas do Colóquio Revisitando a Avaliação de Impacto Ambiental**, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no dia 30 de Outubro de 2013, no âmbito do ICJP, Lisboa, 2014 (coord. com Tiago Antunes), livro digital disponível em <http://www.icjp.pt/publicacoes/1/4539>



- **Actas do Colóquio A trilogia de Aarhus : os direitos de acesso à informação, de participação e de acesso à justiça ambiental**, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no dia 23 de Outubro de 2014, no âmbito do ICJP, Lisboa, 2015 (coord. com Tiago Antunes), livro digital disponível em <http://www.icjp.pt/publicacoes/1/6090>

LEGISLAÇÃO BÁSICA

Constituição da República Portuguesa

Orgânica do XXI Governo - Ministério do Ambiente (Decreto-Lei n.º 251-A/2015 de 17 de Dezembro: artigo 26º com última alteração pelo DL 99/2017, de 18 de Agosto)

Lei de Bases do Ambiente (Lei 19/2014, de 14 de Abril)

Lei da participação procedimental e da acção popular (Lei 83/95, de 31 de Agosto – com última alteração pelo DL 214-G/2015, de 2 de Outubro)

Lei das ONGAs (Lei 35/98, de 18 de Junho)

Lei de acesso à informação administrativa (Lei 26/2016, de 22 de Agosto)

Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (DL 80/2015, de 14 de Maio)

Regime da avaliação ambiental estratégica (DL 232/2007, de 15 de Junho)

Regime da avaliação de impacto ambiental (DL 151-B/2013, de 31 de Outubro, alterado pelos DLs 47/2014, de 24 de Março e 179/2015, de 27 de Agosto)

Regime da rede Natura 2000 (DL 140/99, de 24 de Abril, republicado pelo DL 49/2005, de 24 de Fevereiro)

Regime da licença ambiental (DL 127/2013, de 30 de Agosto)

Regime do licenciamento único ambiental (DL 75/2015, de 11 de Maio)

Regime da responsabilidade civil por dano ecológico (DL 147/2008, de 29 de Julho, com as alterações introduzidas pelo DL 245/2009, de 22 de Setembro)

Fundo Ambiental (DL 42-A/2016, de 12 de Agosto)

Código Penal (artigos 274º a 281º)

Contraordenações ambientais (Lei 50/2006, de 29 de Agosto, alterada e republicada pelas Leis 89/2009, de 31 de Agosto, e 114/2015, de 28 de Agosto)

Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Código do Processo nos Tribunais administrativos

carlamadogomes@fd.ul.pt

<https://www.facebook.com/carlamadogomes?ref=hl>